Sob o Signo de Deucalião

Eduardo Lourenço

Tivemos um Império sem ter tido um imperador. Aquela famosa ladainha de D. Manuel da nossa soberba guerreira e marítima nova em folha que ainda encantava o Raposo sem império nenhum mais do que o da farsa, não nos dava direito à coroa imperial, essa era filha de Roma por via de Carlos Magno e depois de Carlos V por herança do Santo Império Germânico-românico ou Românico-germânico. Esta falta de legitimidade não era um óbice para aqueles que no Oriente conheceram um outro império que não precisava de legitimidade europeia para se deslumbrar com o seu esplendor precário. Precário mas ainda vivo para rivalizar lá longe com outros potentados mais ricos do que nós, mas sem armas tão modernas como então eram as nossas. Nas mensagens de Albuquerque aos senhores da Ásia, nas missivas dos nossos embaixadores em cortes do Oriente dignas de romances de cavalaria, nas falas de D. João de Castro, é que nós fomos esse império que não tínhamos direito a ser. E livremente o fomos por convicção cristã e suposta superioridade. Sobre eles fundou Camões o nosso único Império, império da realidade fantástica para os mesmos que o fundavam, e de Fé, no sentido mais absoluto do termo e não apenas na sua assumida missão, pois só de Fé no seu futuro vivia e se inventava. O meu amigo Vasco Graça Moura aventou a provocante hipótese de que Camões podia ter escrito os mesmos *Lusíadas* sem ir à Índia. Tecnicamente, a sua opinião tem razão de ser. Tudo aquilo é retórica antiga revisitada por Arisoto ao serviço de João de Barros que, de facto, redigiu as *Décadas* sem nunca ter estado no Oriente. Eu creio, contudo, que sem a sua estadia no nosso Oriente, sem a distância física, cultural (e, podemos dizer, metafísica) que separou Camões do pátrio ninho, ainda mais

pequeno visto de lá do que já era, nunca a visão dos *Lusiadas*, quer dizer, a vivida experiência do contraste entre o pequeno reino lusitano e *o outro mundo* que a Índia representava, poderia ter surgido. Ou então, *Os Lusiadas*, como o pensou em tempo António José Saraiva, teriam ficado apenas como o exemplo do poema artificial requerido pela poética renascentista, sem nenhuma emoção ou transcendência histórica, em suma, sem nenhuma dimensão que então ainda hoje como Césares dele pudéssemos chamar *imperial*.

À parte João de Barros que por romance de cavalaria entreposto já estava vocacionado para conceber como imperial a nossa gesta no Oriente ninguém como Camões ao nível do imaginário, claro está, viveu como imperial ou digna de Império uma história pátria que teve na Índia o seu centro como a mítica da Europa medieval – a de Clarimundo – o tinha tido em Constantinopla. E era de Constantinopla, então já nas mãos dos turcos, que a Índia nos compensava e compensava a Europa na Contra-Reforma. Era na Índia que essa Europa ainda cristã festejava vitórias que no Ocidente não alcançava. Ao menos em vida de Camões. A esse título também *Os Lusiadas* são um paradoxal poema contra-reformista, cristão na ordem ideológica e política sob esse signo, renascentista na ordem cultural, consciente ou inconscientemente encharcado dos perfumes não só da Arábia mas de Chipre e da sua famosa deusa.

Do texto por excelência imperial vive a cultura portuguesa e, literariamente, exceptuando o eclipse pseudo-iluminista de Macedo, vive muito bem. Entre ele e o nosso imaginário as núpcias são permanentes porque as alimenta o corpo da História portuguesa, império sepulto, enterrado, evocado e ressuscitado na sua figura espectral por Garrett, perdido, vagamente admirado como Índia sub-imperialista por Eça e a sua geração (salvo Antero) e, enfim, império de sonho partilhado entre a sedução um pouco mórbida da sua Decadência (da nossa Decadência) e o mito de uma possível transfiguração com a figura do Desejado ao fundo, no centro e num futuro de ciência-ficção ou análogo. Foi o período de ouro do nosso imperialismo imaginário e ao mesmo tempo a época áurea da sua transfiguração em termos de poesia. Quando se pensa que desta constelação fazem parte gente como Cesário, Nobre, Gomes Leal, Camilo Pessanha, Mário de Sá Carneiro, Pessoa e numa visão mais literal e camonianamente mimética toda uma série de autores que não têm mais seara a cultivar que o da nostalgia do século de ouro ou o omnismo seródio por conta dela, tem-se uma ideia da extensão do único rizoma que estruturou o nosso inconsciente histórico, o nosso imaginário e o nosso inconsciente. Nós não temos outra pátria que a que o verbo camoniano

desenhou, pátria-casa e pátria-orbe, jogando nela sem cessar a nossa realidade e a nossa ficção.

Podia supor-se que no momento em que a ficção camoniana de nós mesmos perdesse toda a sua ancoragem num mínimo de realidade, em suma, quando o nosso império meio fictício sempre, historicamente naufragasse toda a visão camoniana desaparecesse como um fantasma ao romper da manhã. Que qualquer coisa mais dolorosa que Alcácer-Quibir não deixasse não apenas diminuídos em termos de política, da dimensão histórica com outrora, mas órfãos daquilo que graças aos *Lusiadas*, mesmo ancorado ao longe, nos dava a impressão de estar para sempre no mapa do mundo, na memória Ocidental e sobretudo na nossa como um navio que não pode afundar-se. Em suma, que, sem Império ficaríamos nus como antes de o ter. Na verdade, enquanto camoniano, enquanto memória e texto, o Império não podia ser perdido, só se perdéssemos ao mesmo tempo o texto que guarda essa memória e a renova.

Depois de Abril houve um momento em que para suportar a nossa nova existência sem dimensão imperial – mesmo factícia ou fictícia – muitos pensaram que se devia deixar ao tempo o que o tempo tão cruamente desmentia. Que o nosso sonho imperial era a raiz e a causa do último desastre. E era. A nossa última veleidade imperial por conta de um império sem futuro fizera-se ainda com estrofes lembradas da história paradigmática do Oriente. Dupla ficção só o esquecimento do objecto do delito ou a fonte longínqua das nossas obras imperiais nos poderia conciliar conosco mesmos. Para sofrer menos com o fim das nossas ilusões imperiais por conta de um imperialismo subalterno devíamos abandonar de vez, como em 1898 propuseram os intelectuais espanhóis em relação ao Cide e suas glórias fora do tempo e da vida, uns *Lusiadas* que já não eram nossos contemporâneos e, sobretudo, nós contemporâneos deles.

Assim foi feito. Era mais fácil ajustar contas com a nossa má leitura de nós mesmos de que Camões seria o máximo culpado, do que conosco mesmos como história, vida presente, desafio futuro e do futuro. O eclipse do discurso camoniano durou pouco e no pouco que durou só para alguns essa estratégia de desiludidos da História teve alguma serventia. Nem a duvidosa subtileza de substituir o texto realista e crítico da *Peregrinação* ao texto onírico e sublimado de *Os Lusiadas* sentiu qualquer efeito, sal fatal de continuarmos navegando nas mesmas águas imperiais, decididamente inesgotáveis, por conta própria de aventureiros sem muita lei nem rei, em vez da heráldica Fé e Império. Breve se percebeu que eram ambos filhos da mesma História e do

mesmo tempo nos dera uma dimensão que mesmo perdida não podia ser amputada sem nos perder de vez da mesma História e do tempo que está nela e a ela se não resume.

É extraordinário que em 1974/5 tenhamos abandonado um Império com insólito ou aparente desprendimento. Como se nunca o tivéssemos tido. Sem sequer um olhar melancólico como o do Rei Boabdil abandonando Granada. E muito menos com remorso ou pânico como as Filhas de Lot sem se voltar para o passado. Mas tudo isto foi só a última comédia da representação nossa no teatro fechado do Império. Alguns de nós sabíamos que as partes do Oriente e as partes de África, que tão pouco melodramaticamente Helder Macedo evocaria a título póstumo e intemporal, continuariam no papel e no sítio onde estiveram quando elas pareciam nossas e, sobretudo, nós delas. São o nosso único Quinto Império. E passaremos muitos anos, muitos séculos talvez como Deucalião, deitando para as nossas costas, como ossos à espera da ressurreição, os mil pedaços pelo mundo agora definitivamente repartidos, desse Império perdido e sem perdição possível porque ficou inscrito num só livro mas no nosso imaginário.

Vence-Barcelona, 3 de Outubro de 2002

Eduardo Lourenço é o mais influente ensaísta português da actualidade. Publicou *Heterodoxia I* (1949) e *Pessoa Revisitado* (1973); o seu último livro e o primeiro em inglês surgiu recentemente, *Chaos and Splendor and Other Essays* (2002).